

Perguntas de Esclarecimento sobre o Vigésimo Terceiro
Concurso Interamericano de Direitos Humanos da
Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

1. O parágrafo 40 do caso hipotético asinala que o Estado afirma que iniciou todas as ações em favor.5(s)1.6 6 0 T24(i)8.3(01 Two (ma-4e)63 0 T[Tw 7.957d ()Tj -02Tc 0 0 Td [(i4-5.2(o)7.(avo)(

fos 19, Política de Tolerância Zero à Violência de Gênero (PTZVG) e 20

2. Se a vítima estava grávida
3. Se a vítima encontrava-se sob cuidado ou responsabilidade do agente;
4. Se a vítima foi submetida previamente a estupro ou atos de mutilação
5. Se no momento de ser cometido o delito, a vítima padecia qualquer tipo de incapacidade
6. Se a vítima foi submetida para fins de tráfico de pessoa 0.359 0 Td [(2(a6(Tw (q)Tj -0.001 <</MCID 4 >>B

Sm. O Estado de Naira comunicou a outros Estados partes da presente Comissão por meio do Secretário Geral da OEA que durante a declaração estado de emergência inviolam-se os artigos 7, 8 e 25 da CADH; assim mesmo comunicou a derrogação dos direitos à inviolabilidade de domicílio, liberdade de locomoção e direito de reunião, o direito a não ser detido não por ordem escrita fundamentado juiz ou pelas autoridades policiais em caso de flagrante delito

11. Quais as exceções preliminares apresentadas por Naira diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos?

Veja pergunta 7.

12. Após a detenção de Maria Elena e Monica na BME, em Março de 1992, foram elas levadas celeremente à presença de autoridade competente?

Os militares da Base Militar Estadual não somente o poder de comando militar, mas também político e judiciário. O poder encontra-se centralizado neles e exerciam poder real sobre do o que aconteceu em Warmi, e por isso a população encontra-se em posição de total subordinação perante eles

13. Nos dias de hoje, quais os avanços obtidos pelos trabalhos do Comitê de Alto Nível?

Na atualidade, o Comitê de Alto Nível segue em processo de avaliação dos processos peria motivo pelo qual ainda não existiu pronunciamiento oficial por parte da entidade. O caso das senhoras Quispejá foi incluído no PTZVG. A Comissão da Verdade foi criada e instalada em 2016 e vem desenvolvendo o seu trabalho. Seu relatório final está previsto para 2019.

14. Que ação estatal levou à soltura das irmãs Quispe?

As autoridades da BME decidiram soltar as Irmãs Quispe e darem explicações sobre sua atuação e sem que tenha existido a intervenção de alguma outra autoridade estatal.

15. Quais os avanços alcançados pela Comissão da Verdade até de hoje?

A Comissão da Verdade encontra-se realizando trabalhos de investigação, entrevistas e coleta de depoimentos nas zonas afetadas a propósito de atos de violência que viu o Estado de Naira entre 1970 e 1999. A Comissão prevê que seu relatório final estará pronto em 2019.

16. Por favor indique se as senhoras María Elena Quispe e Mónica Quispe consideram-se parte de alguma comunidade, povo ou nacionalidade indígena.

Elas não são parte de uma comunidade indígena.

17. Por favor indique se as senhoras María Elena Quispe e Mónica Quispe estiveram e/ou se encontram em situação de pobreza.

Elas se encontraram em situação de pobreza.

- 18.

Veja pergunta 12

27. No parágrafo 28 menciona-se que as irmãs Quispe, sendo muito jovens, foram “detidas na BME sob acusações falsas durante um mês”, que procedimentos, civis ou militares, foram realizados para decretar sua detenção e sua posterior libertação?

Devido à suspensão de direitos que aconteceu no Estado de Navarra, as detenções podem produzir-se sem a existência de um procedimento.

Com respeito à segunda pergunta apresentada veja pergunta 14.

28. Em que ano foram sancionadas as leis 25.253 e 19.198 e que medidas específicas estabelecem cada uma delas?

A lei 25253 entrou em vigor em 2 de janeiro de 2014 e a lei 1998 em 7 de julho de 2014. De acordo com o artigo 39 da lei 25253 as medidas de proteção outorgadas à mulher vítima de violência e a seu grupo familiar por parte da Vara de Familia devem ser as mais idóneas para bem-estar e segurança da vítima.

a Vi5u611.5()TJ 13 Td [

29.

A criança presenciou os fatos de violência psicológica e física realizados pelo pai, Jorge Pérez, contra a mãe, María Elena.

35. Quais são espécies

40. Quais foram os resultados concretos da Política Tolerância Zero contra a Violência de Gênero em matéria de prevenção (diminuição de feminicídios, assédio em via pública discriminação, entre outros temas de violência de gênero), investigação, julgamento, sanção (de atos e autores de violência de gênero) e reparação (número de mulheres inscritas no Registro Único de Vítimas de Violência e número de mulheres que tiveram acesso às reparações do Programa Administrativo de Reparções e Gênero)? (Parág. 1921)

Para a primeira parte da pergunta, veja pergunta 35. O Programa Administrativo de Repões de Gênero encontra-se em processo de implementação e por isso ainda não foi iniciado processo de inscrição das vítimas.

-7.5(e)0.-9(n)7(t)-1d (m)Tj 0.77i-1TcTc mTw 0.4ni is(c)-8.

41. Qual é a extensão da incapacidade da Sra. Mónica Quispe?

Maria Elena Quispe apresenta unahemiplegiadireita.0.00Tc37.033d153210.9(4)TJd[(c)-32(a)]2.30F4.9 /L

46. No parágrafo 26 dos fatos do caso, menciona-se que Mónica Quispe, irmã da vítima,

52. Maria Elena possuía condições financeiras para arcar com uma defesa técnica? Em caso negativo, NAIRA forneceu algum tipo de acompanhamento gratuito logo após a primeira agressão?

Não, tanto Maria Elena como sua irmã Mônica vivem em situação de pobreza. O caso é sistema judicial de Naira gratuito, por isso é possível contar com esse serviço.

Foi implementada a Política de Tolerância Zero à Violência de Gênero e a Comissão da Verdade

61. Durante os ataques do BPL e as atividades das BME's o Presidente em exercício apresentou pedido formal à secretaria geral da OEA informando o estado de sítio? Se sim, quais direitos foram suspensos e por quanto tempo?

Veja pergunta 10.

62. Com relação ao parágrafo N°10, quantas investigações de ofício foram iniciadas?

Não existe informação sistematizada nesta informação

63. Com relação ao parágrafo N°10, porque as investigações de ofício não prosperaram?

Veja pergunta 43.

64. Com relação ao parágrafo N°19 qual porcentagem do PIB representa esta "verba

(te.2(n)3.9(/P <-9.5(0.1x1))Tc 0.7(0m17(ã5)7m)6.2(0- Tc -0.018(-95)-1.7(5P <-9.5(03.9(t)-304)t4.5c(sen5)-1i)6.2(0- T4.9(e)95(

75. Pertencem María Elena e Mónica Quispe a alguma população indígena em Warmi?

Sim, ambas pertencem a uma comunidade indígena.

76. Apresentou Killapura alguma demanda perante a Corte IDH contra o Estado em nome de Zuleimy Pareja e Analía Sarmiento?

Não.

77. Qual foi a natureza e as condições de detenção a que estiveram sujeitas María Elena e Mónica, incluindo comunicação com pessoas fora do espaço de detenção?

Não tinham comunicação com pessoas fora do espaço de detenção. Veja a pergunta 50.

78. Por que apesar de a ONG Killapura ter reconhecido a generalidade da violência sexual, a Comissão Interamericana não reconheceu e incluiu de ofício como vítimas no presente caso Zuleymi Pareja e Analía Sarmiento?

A denúncia da ONG Killapura se baseia unicamente nos fatos de violência que foram produzidos na época de 1970 até 1996 e nos produzidos posteriormente.

79. Naira ratificou o Estatuto de Roma de 1998, da Corte Penal Internacional? O parágrafo 7 do caso indica que ratificou todos os tratados internacionais mas não menciona este de forma expressa.

Sim, o ratificou.

80. Que obtiveram as investigações realizadas de ofício pelo governo dos sucessos entre 1980 e

Não foi iniciado nenhum tipo de investigação a respeito.

85. Se o ordenamento jurídico de Naira prevê algum crime como imprescritível, como funciona a

Veja as perguntas 35 e 44.

92. Qual foi o alcance ou a natureza do controle do governo sobre a Base Militar Especial estabelecida em Warmi entre 1990 e 1999?

Veja a pergunta 12.

93. Em que datas específicas (DD/MM/AAAA) foram as seguintes ações realizadas pelo Estado de Naira?
- Política de Tolerância Zero à Violência de Género (PTZVG);
 - Atribuição de uma linha orçamental extraordinária para a implementação da PTZVG;
 - Unidade de Violência de Género;
 - Revisão da legislação sobre feminicídio, violência, discriminação e temas de identidade de género

Política de Tolerância Zero à Violência de Género (PTZVG): 1 de fevereiro de 2015

Atribuição de uma linha orçamental extraordinária para a implementação da PTZVG: 1 de fevereiro de 2015

Unidade de Violência de Género: ainda não foi implementada

Revisão da legislação sobre feminicídio, violência, discriminação e temas de identidade de género: encontra-se em processo de implementação

94. Em que fatos específicos se baseia a petição de Killapura a fim de alegar a violação dos artigos 4, 5, 6, 7, 8, 25 em relação ao artigo 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e 7 da Convenção de Belém do Pará?

Na violação dos direitos de María Elena e Mónica sofrida durante 1992.

95. De acordo com o §8 do caso hipotético, o grupo armado "Brigadas pela Liberdade" (BPL) iniciou uma série de ações terroristas no sul do país, principalmente nas províncias de Soncco, Killki e Warmi. Pode-se considerar que essas ações terroristas estão inseridas dentro de um contexto de guerra civil?

Não, estas ações não se enquadravam em um contexto de guerra civil.

96. De acordo com o §7 do caso hipotético, o Estado de NAIRA ra

5-3.J ns.f69()8(6(s.f.9(5)l)5.9-3.3B4.6(-3.J n)-4)0.6(s.f)one.3(i)-2.-0.012a.9()10l.4(u)-3.t